



AROUCA

Patronato aposta no apoio aos mais velhos

Foram 76 anos dedicados à área da juventude e infância, primeiro com o que hoje são as Casas de Acolhimento e com as valências de apoio à infância, como creche, Pré-escolar e ATL, mas, à boleia do PRR, a instituição de Arouca aposta na construção de uma ERPI, cujo prazos de construção derraparam.

CONVENÇÃO DE LANZAROTE

CNIS preocupada com violência sexual contra crianças

Susana Antas Videira Diretora-Geral da Política de Justiça e representa o Ministério da Justiça português em várias Comissões. Em entrevista ao SOLIDARIEDADE admite que a CNIS pode dar uma ajuda à DGPJ na resposta à violência sexual contra crianças.



VII Congresso CNIS, dias 7 e 8 de outubro, em Aveiro



CONSELHO GERAL

CNIS traça linha vermelha para Compromisso 2027/28

Na primeira reunião de negociação do Compromisso de Cooperação 2027-2028, “a CNIS apresentou uma linha vermelha”: “A comparticipação para as respostas sociais em que não sejam as instituições a colocar os utentes, mas o Estado, tem de ser feita pela capacidade e não pela frequência.

ENCONTRO REGIÃO NORTE

Financiamento e recursos humanos são a grande preocupação

O Encontro da CNIS com as UDIPSS e IPSS da região Norte teve nas matérias dos recursos humanos e as suas baixas remunerações e do subfinanciamento das respostas sociais os assuntos mais debatidos, com as instituições e Uniões a darem conta das suas preocupações com estes assuntos.



Opinião

Paulo Pedroso

Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade



PSU: um regresso à inserção ainda por confirmar

Volto ao tema da Prestação Social Única, que tratei no artigo anterior. A simplificação dos apoios sociais é, em si mesma, uma boa ideia. O problema estava — e, em parte, continua a estar — na intenção política que a acompanhava. A proposta inicial do Governo rompia com um princípio essencial do combate à pobreza em Portugal desde a criação do Rendimento Mínimo Garantido, em 1997: o de que a prestação monetária só cumpre plenamente a sua função quando integrada num percurso de inserção, assente em direitos e deveres recíprocos entre cidadãos, Estado

e instituições. O que foi apresentado parecia menos uma política de inclusão do que um mecanismo de controlo, fiscalização e suspeita sobre os mais pobres, deslocando ainda as IPSS do papel de parceiras de inserção para o de agentes de vigilância sobre as pessoas em situação de pobreza.

O acordo entretanto alcançado entre PS e PSD, que permitiu a aprovação da autorização legislativa em votação final global, a 25 de junho, corrigiu alguns dos aspetos mais graves da proposta. A obrigação uniforme de prestar atividades não remuneradas foi substituída

pela disponibilidade para formação, emprego ou atividades de solidariedade social, agora ajustada às circunstâncias pessoais e familiares de cada beneficiário e enquadrada em planos personalizados de inserção. É uma mudança relevante. Em vez de uma exigência cega e igual para todos, regressa a ideia de que a inclusão deve partir da vida concreta de cada pessoa, num reencontro com a matriz do Rendimento Social de Inserção.

Também caiu o canal de denúncias anónimas, talvez o símbolo mais evidente da cultura de suspeita que atravessava o texto inicial. O valor da prestação será fixado por decreto-lei, e não por portaria, ficando sujeito a apreciação parlamentar. Foi ainda assumida a garantia de que ninguém ficará em situação menos favorável do que a atual, e a condição de recursos foi aliviada, permitindo proteger mais pessoas em situação de fragilidade. Estas alterações não são meros acertos técnicos; são correções políticas relevantes.

Por isso, é justo reconhecer que o debate público teve efeito. Mesmo comprimido num prazo demasiado curto, obrigou a proposta a mudar.

Abriu-se, assim, a possibilidade de recuperar uma cultura de inserção que reconhece que os percursos de inclusão se constroem com as pessoas, e não contra elas.

Mas não basta mudar palavras numa autorização legislativa. O essencial agora é saber que política concreta sairá daqui. É precisamente aí que subsiste o risco. PS e PSD saíram do mesmo acordo com leituras opostas. O PS sustenta que o trabalho obrigatório caiu e que as atividades são facultativas. O PSD defende que a atividade solidária deverá constar do futuro decreto-lei. Esta divergência não é um detalhe de redação, é a fronteira entre uma política de inserção e uma política de condicionalidade punitiva.

As declarações da ministra do Trabalho adensam essa dúvida. No próprio dia da aprovação, negou qualquer recuo — “não reconheço que haja recuo, há é negociação” — e afirmou que “nunca falámos em trabalho social, nem nunca esteve no texto do diploma”, apesar de a proposta inicial prever atividades não remuneradas até quinze horas por semana. Acrescentou ainda que a “grande novidade” da

prestação é reforçar o incentivo ao trabalho e que o Chega “teria sido o parceiro preferencial” para aprovar a medida. Estas declarações não são neutras. Sugerem, pelo menos, que o Governo não abandonou por inteiro a lógica que o acordo parlamentar procurou corrigir.

A partir de agora, a responsabilidade é clara. O Governo, que propôs as atividades obrigatórias e o canal de denúncias e que insiste em dizer que nada recuou, terá de redigir o decreto-lei que dará corpo à nova prestação. É nesse texto que se perceberá se o acordo com o PS foi respeitado ou se foi apenas uma pausa tática antes de recuperar, por outra via, a lógica de fiscalização que o Parlamento afastou. O período de regulamentação que agora se abre é, por isso, o momento próprio para as instituições sociais acompanharem o processo e fazerem valer a sua experiência de terreno. Se a Prestação Social Única servir para apoiar e acompanhar quem vive em pobreza, poderá significar um regresso à inserção. Se servir para vigiar, condicionar e punir, o avanço anunciado converter-se-á, afinal, num retrocesso confirmado.

Opinião

Eugénio Fonseca



O Campeonato da Solidariedade

A maior parte dos cidadãos portugueses, de aquém e além-fronteiras, vibraram com o Mundial de Futebol, sobretudo com a nossa seleção. Desde a última segunda-feira, o sonho da equipa lusa de trazer o troféu de campeões, caiu por terra. Os vigorosos ânimos da maioria depressa se transformaram em desilusão. Mesmo assim, um significativo número de portugueses e portuguesas continuam a acompanhar o Campeonato Mundial. Embora não seja a primeira vez que em torno de

um acontecimento deste tipo se movimenta tanta gente e tanto dinheiro, mas fico sempre impressionado pelas mobilizações que o mundo futebolístico alcança. Colocaram-se bandeiras de Portugal nos lugares, mais estranhos; nos dias em que a nossa equipa jogava, as maiores praças do nosso país, encheram-se com pessoas de todas as idades e classes sociais; os horários de trabalho e compromissos já assumidos para o mesmo dia e hora foram alterados; aumentou o trabalho em casa. Até os lugares

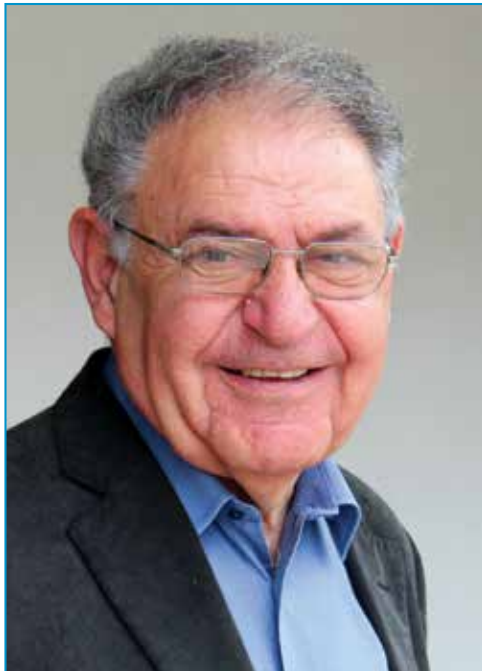
mais recônditos de Portugal quase se esvaziaram. Na maioria dos estádios em que Portugal jogou, as bancadas revestiram-se de vermelho; alguns dos nossos governantes deslocaram-se aos estádios. Nesses lugares esteve gente de diferentes culturas e países, mas todos empenhando bandeiras portuguesas e gritando bem alto quando Portugal marcava algum golo. Juntaram-se adeptos portugueses e outros do clube adversário com cores de pele diferentes sem haver conflitos entre eles. Vi, com muita serenidade, todos os jogos de Portugal. Em cada um, perante grandes espetáculos de patriotismo, me perguntava: como seria bom que tantos portugueses se unissem e vbrassem assim no campeonato da solidariedade?

É verdade que grande parte da população tem demonstrado ser solidária. Mas é um vigor que só se robustece quando é preciso ajudar pessoas vítimas de tragédias. No dia-a-dia já não é bem assim.

Aumentam o racismo e a xenofobia, evidentes no crescente número de manifestações contra a presença de migrantes no nosso país e nos crescentes ataques físicos e morais aos mesmos. Ataca-se quem recebe míseros subsídios estatais para tornar menos severa a sua subsistência. Subsistem as dificuldades, que muitos ainda têm, em aceitar minorias religiosas e de dialogar com elas, confundindo-as com seitas. Abundam os juízos morais sobre a condição de vida dos pobres, culpando-os da situação em que se encontram, em vez de verberar contra a pobreza. É preocupante a forma como cuidamos dos mais velhos, institucionalizando muitos que poderiam ainda estar em suas casas ou deixando-os entregues a si mesmo em profunda solidão. Continuamos a constatar a forma como muitos se comportam nos meios de transporte, não cedendo o lugar às pessoas, visivelmente, mais debilitadas. Esmagam-se colegas de escola ou de trabalho, usando formas

de competição injustas e feias para fazer valer o sucesso a qualquer preço. Afastamo-nos da solidariedade sempre que fugimos ao pagamento de impostos e em muitas outras realidades do nosso quotidiano. A solidariedade deveria ser um dos maiores campeonatos da nossa vida. São vários os jogos em que temos de entrar, a saber: tomada de consciência de que somos seres interdependentes, sem podermos viver sem os outros; a responsabilidade pelos outros; a determinação firme e perseverante de ajudar alguém mesmo que seja estrangeiro; saber que a solidariedade não substitui o compromisso por maior justiça social; a convicção de que a solidariedade não se limita à dádiva de bens, mas também na doação de tempo.

O campeonato da solidariedade terá mais efeitos se todos se mobilizarem como aconteceu no Mundial de Futebol, com as mesmas energias positivas, confiança e vontade de tornar a humanidade numa casa comum.



Lino Maia
Presidente da CNIS

Editorial

Prestação Social Única

1. A Prestação Social Única (PSU) será um apoio mensal destinado a assegurar as necessidades mínimas de sobrevivência. Numa única resposta do Estado para simplificar a burocracia, a PSU substituirá 13 prestações do regime não contributivo da Segurança Social, como o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Subsídio Social de Desemprego, a Pensão Social de Velhice e a Pensão de Viuvez.

O acesso exigirá limites apertados de rendimento e poderá obrigar à realização de trabalho social.

O novo modelo de apoios sociais implicará várias regras e condições:

- Critérios mais rígidos: O acesso ao subsídio dependerá de limites mais apertados ao nível do património mobiliário e bens móveis.
- Trabalho Social: Beneficiários que estejam em idade ativa e não a trabalhar poderão ser chamados a realizar até 15 horas semanais de trabalho social, procurar ativamente emprego ou aceitar trabalho conveniente.
- Transparência e fiscalização: Foram introduzidas medidas para combater fraudes.

É bom que haja coordenação entre os apoios de que podem carecer as pessoas e a PSU pode e deve ter essa intenção coordenadora e moderadora.

2. A pobreza é uma condição de privação material e social que impede o acesso a uma vida digna. Mais do que falta de dinheiro, engloba a exclusão social, a fome, o acesso limitado a cuidados de

saúde e a educação, afetando o bem-estar e a participação plena na sociedade.

Em Portugal, é considerado pobre quem vive num agregado familiar com um rendimento mensal líquido inferior a cerca de 723 euros por adulto equivalente (o que corresponde a cerca de 8.679 euros anuais).

Este valor resulta de uma medida de pobreza relativa adotada a nível europeu e é composto por várias dimensões fundamentais:

a) O Limiar de Pobreza (Risco de Pobreza)

A linha oficial é definida estatisticamente como sendo 60% do rendimento mediano nacional por adulto equivalente. Este cálculo leva em conta o número e a idade das pessoas na mesma casa (através da “escala de equivalência”), atribuindo um peso menor a crianças e outros adultos para refletir as economias de escala.

b) Pobreza Relativa vs. Pobreza Absoluta

• Risco de Pobreza (Relativa):

Mede a desigualdade na sociedade, avaliando quantas pessoas estão abaixo do rendimento médio nacional. Mesmo que o nível de vida geral melhore, se a mediana dos rendimentos subir e o rendimento de uma pessoa não a acompanhar, essa pessoa entra em risco de pobreza.

• Pobreza Absoluta:

Avalia a falta de meios financeiros para satisfazer necessidades humanas básicas (alimentação, habitação, saúde).

c) Pobreza Laboral

Estar empregado nem sempre é sinónimo de escapar a esta condição. Em Portugal, uma percentagem significativa da população é considerada “trabalhadora pobre”. Isto significa que, apesar de terem um emprego formal, os salários são insuficientes para ultrapassar o limiar de risco de pobreza.

d) Pobreza Multidimensional

A pobreza vai além do rendimento monetário. A análise da pobreza em Portugal é complementada por um indicador multidimensional que avalia a privação material e social, incluindo fatores como:

- Incapacidade de manter a casa aquecida.

• Carência de recursos para fazer face a despesas inesperadas.

• Privação severa de condições de saúde, educação ou habitação.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de risco de pobreza em Portugal situa-se nos 15,4% da população. Este valor abrange cerca de 1,7 milhões de pessoas.

Sendo a PSU um apoio que pode atenuar a injustiça da pobreza, porém é necessário evitar que a PSU venha a ser um instrumento para, veladamente, excluir desse apoio quem dele necessita para minorar os efeitos da pobreza.

3. O trabalho é um bem, simultaneamente árduo e útil, e é uma dimensão essencial da vida social. No parágrafo 162 da Carta encíclica Fratelli tutti, diz o Papa Francisco: “Numa sociedade realmente desenvolvida, o trabalho é uma dimensão essencial da vida social, porque não só é um modo de ganhar o pão, mas também um meio para o crescimento pessoal, para estabelecer relações saudáveis, expressar-se a si próprio, partilhar dons, sentir-se responsável no desenvolvimento do mundo e, finalmente, viver como povo”.

Nunca o trabalho poderá ser encarado como uma pena acessória de quem é vítima da pobreza, mas é justo que seja visto como uma expressão da dignidade humana pelo que é bom e salutar que todos sejam acompanhados e orientados para o exercício de uma atividade, tendo em conta as suas condições e capacidades. Porém, não pode ser forçado a um trabalho quem não tem condições ou para o exercício de uma atividade e quem não foi atempadamente preparado. E, para além da preparação do trabalhador, um trabalho numa Instituição obriga a um compromisso e alguma estabilidade e implica uma necessária compensação.

Também – e urge acautelar desde já – nunca poderá ser incompatível ser beneficiário de uma PSU com o facto de ser utente de uma Instituição em que se beneficia de um serviço também apoiado pelo Estado.

DK



CONSELHO GERAL

Compromisso de Cooperação 2027-2028 deverá ser assinado em janeiro

No dia em que a Seleção Portuguesa de futebol acabou por ser eliminada do Mundial 2026, a CNIS reuniu o seu Conselho Geral, no qual a Direção informou os conselheiros sobre um vasto conjunto de assuntos que tem andado a tratar nos últimos meses.

Assuntos como a XIX Festa da Solidariedade, o VII Congresso da CNIS, o Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2027-2028, a plataforma VAGA, o Pacto para a Saúde, a Contratação Coletiva, as Casas de Acolhimento e, entre outros, as duas audições parlamentares sobre as Altas Sociais e a Prestação Social Única (PSU) foram temas em cima da mesa no Conselho Geral que decorreu em Fátima, no passado dia 6 de julho.

Depois de pedir um “voto de pesar e gratidão”, que foi aprovado por unanimidade, pelo falecimento padre Sanches, “que deu muito a este sector e, em especial, em Castelo Branco”, o presidente da CNIS começou por dizer que “as altas sociais é um caso antigo”, lembrando que a Confederação “apresentou uma proposta para resolver o problema, criando uma nova resposta social, as Residências de Transição, através do ‘Voltar a Casa’, uma proposta que, entretanto, foi aprovada pela Assembleia da República, “mas agora vamos ver...”, rematou o padre Lino Maia.

Já na audição acerca da PSU, para a qual a CNIS foi convocada “de um dia para o outro”, a intenção era conhecer a posição da Confederação.

“O que a CNIS disse foi que não foi consultada previamente sobre o assunto e que tem muitas reservas quanto ao canal de denúncias e o trabalho social, sobre o qual discorda mesmo, não são só reservas, concordando, contudo, com a coordenação das várias prestações sociais”, revelou o padre Lino Maia.

De seguida, deu conta da entrada em funções, como assessor jurídico da CNIS, Rui Silva, em substituição de Henrique Rodrigues, que, no entanto, não deixa por completo de colaborar com o Departamento Jurídico.

Aproveitando o ensejo, o líder da CNIS recordou que “o normal das Uniãos Distritais é que tenham assessoria jurídica e é a ela que as instituições devem pedir apoio jurídico”.

Nesse sentido, e para que haja uma melhor uniformização de posições, a CNIS promoveu um encontro de juristas, que juntou “os assessores jurídicos das Uniãos Distritais, para fazer uma interpretação autêntica do Contrato Coletivo de Trabalho”, informou Maria José Miranda.

Sobre a Contratação Coletiva, Alfredo Cardoso transmitiu aos conselheiros que “houve



uma cisão na FEPCES” e que esta “acabou por pedir a adesão ao acordo da CNIS com a FNE”.

“Até agora tínhamos de negociar com três frentes sindicais – a FNE, que representa 18 sindicatos, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, representante de três sindicatos, e a FEPCES, que é da CGTP, cuja representatividade são 15 sindicatos –, mas a partir de agora serão quatro”, revelou o dirigente da CNIS.

Alfredo Cardoso deu ainda conta de uma missiva dirigida ao ministro de Estado e Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, com conhecimento ao secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Hélder Reis, onde solicita “uma audiência com carácter de urgência” a fim de apresentar “a preocupação de elevada gravidade” que a CNIS tem quanto ao “enquadramento do IVA nas empreitadas associadas aos projetos financiados pelo PRR, designadamente os impactos decorrentes de alterações de entendimento e/ou de aplicação das regras relativas ao financiamento ou restituição deste encargo”.

Enviado o pedido de audiência no passado dia 16 de junho, a CNIS ainda não obteve qualquer resposta ao seu pedido.

Por outro lado, Maria João Quintela revelou

que a CNIS foi convidada a participar em um conjunto de reuniões promovidas pelo Conselho Superior da Magistratura sobre um “projeto de investigação sobre pessoas idosas e a Justiça”.

“É muito bom saber que, finalmente, a área da Justiça se interessa pela matéria dos mais velhos”, congratulou-se a dirigente da CNIS.

Entretanto, a Confederação “foi convidada a contribuir para o Pacto da Saúde”, desafio lançado pelo Presidente da República, António José Seguro, e que tem como coordenador Adalberto Campos Fernandes, que “pediu contribuições à CNIS”, revelou o padre Lino Maia.

“O doutor Adalberto Campos Fernandes considera que não pode haver um Pacto para a Saúde sem o envolvimento do Sector Social Solidário. Os contributos são sobre a articulação e o que deve ser o futuro de um ministério de assuntos sociais, Saúde e Ação Social, porque tem de haver articulação”, afirmou o padre Lino Maia.

O presidente da CNIS informou ainda os conselheiros sobre o pedido de audiência ao Presidente da República.

“Tivemos um encontro com Rita Saias, assessora para os assuntos sociais, onde fomos ouvidos com muito interesse e cumplicidade. Estou certo que a Presidência da República não

ignorar este sector, tendo sido demonstrado todo o apoio à presença do Presidente da República no Congresso da CNIS, em outubro, em Aveiro”, revelou o padre Lino Maia.

FESTA E CONGRESSO

Sobre a XIX Festa da Solidariedade, o vice-presidente Eleutério Alves confirmou que esta decorrerá em Aveiro, no Largo da Praça do Peixe, no dia 9 de outubro, e que o VII Congresso da CNIS decorrerá, nos dias 7 e 8, no Centro de Congressos de Aveiro.

Já a Chama da Solidariedade passará, primeiro, pelo distrito de Leiria ao longo de três dias da semana anterior, marcando presença em três concelhos do distrito de Aveiro – Vagos, Albergaria-a-Velha e São João da Madeira –, onde se reunirão IPSS dos concelhos limítrofes, nos dias 6, 7 e 8 de outubro.

“Esperamos que o Congresso tenha muita adesão por parte das IPSS, tal como a Festa da Solidariedade, que será a última”, sustentou o «vice» da CNIS.

Relativamente às Casas de Acolhimento, “finalmente, estão abertas as candidaturas do PARES para suportar os custos com a qualificação das instalações”, começou por referir a

assessora Filomena Bordalo, acrescentando: “Há uma dotação orçamental de 11 milhões de euros, o que não é significativo, e as candidaturas terminam no próximo dia 10 de setembro, sendo que o prazo de execução da qualificação das instalações termina a 30 de setembro de 2028”.

Por outro lado, o Instituto da Segurança Social (ISS), “elaborou um diagnóstico de todos os Lares de Infância e Juventude (LIJ) e Centros de Acolhimento Temporário (CAT), onde trata questões como a capacidade e a frequência ou o perfil das crianças”, transmitiu Filomena Bordalo, relatando ainda outra situação, que requereu uma chamada de atenção por parte da CNIS: “Tem sido promovidas umas reuniões distritais pelos Centros Distritais da Segurança Social, com um adjunto da secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, a CNIS e as IPSS. Para estas reuniões sobre as Casa de Acolhimento estavam a ser convocadas as Direções Técnicas das IPSS e não os dirigentes, ao que a CNIS chamou a atenção. A CNIS faz questão de ter as Uniãos Distritais nas reuniões e, por isso, tem tido ao seu lado dirigentes distritais”.

Afirmando que “a CNIS não está de acordo com os custos estimados para a resposta, pois 2.400 euros por crianças é um valor de 2016”, Filomena Bordalo sublinhou que “para uma unidade de 15 é superior e para uma unidade de oito é ainda maior”.

“Depois há a situação das instituições que promovem respostas que são da Segurança Social, porque, nestes casos, a Segurança Social não faz obras e as IPSS não podem candidatar-se ao PARES. E quem não tiver o apoio do PARES como vai ser? Fala-se muito na desinstitucionalização, mas como?”, questionou a assessora.

O padre Lino Maia voltou a intervir para dar conta que já “houve uma primeira reunião” sobre o Compromisso de Cooperação para 2027-2028, “mas ainda não há muitas informações”.

“Há vontade que o Compromisso seja assinado no final do ano, mas não creio”, sustentou o presidente da CNIS, acrescentando: “O mais provável é ser em janeiro”.

“Estão agendados encontros parcelares com o Governo, mas não devemos avançar sem avaliar o Compromisso que está em vigor. Levámos esse trabalho feito, mas não foi feita a avaliação, porque o Governo não estava preparado”, revelou o padre Lino Maia.

No entanto, na primeira reunião “a CNIS apresentou uma linha vermelha”: “A participação para as respostas sociais em que não sejam as instituições a colocar os utentes, mas o Estado, tem de ser feita pela capacidade e não pela frequência, como está no atual Compromisso. Quando uma instituição tem tudo, equipamento e recursos humanos, pela capacidade, mas não admite os utentes, o pagamento tem de ser pela capacidade. Foi entendida a nossa posição, mas...”.

Entretanto, a CNIS já enviou, no passado dia 30 de junho, a avaliação que fez do Compromisso



de Cooperação em vigor para o Governo.

Já sobre o PEDEPE, “lamentavelmente, como as candidaturas abriram mais tarde, os pagamentos só serão efetuados em inícios de setembro”, comunicou Filomena Bordalo.

Maria João Quintela, por seu lado, informou os conselheiros de que “a CNIS integra um grupo de trabalho para repensar o funcionamento e financiamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados”.

Ainda antes da intervenção das Uniãos Distritais, o Conselho Geral abordou o tema da plataforma VAGA, assunto que gerou algum debate.

O tema é controverso por interferir com a autonomia das instituições e de chocar com os seus regulamentos internos.

“O trabalho da CNIS foi no sentido de que fosse respeitada a capacidade e autonomia das instituições. Ultrapassadas as questões iniciais, até ao próximo dia 15 de julho, as instituições têm de colocar na VAGA as suas decisões, ou seja, as admissões e as passagens de sala. Assim, as instituições devem fazer a inserção dos dados das crianças que frequentarão no ano de 2026/2027. Ainda assim, isto vai continuar a dar preocupações”, afirmou a

assessora Filomena Bordalo. [ver página 6]

Contestando a indicação dada pela CNIS, alguns conselheiros questionaram a data de 15 de julho, pois, habitualmente, as instituições têm um período de inscrições na creche mais alargado.

“Isto é uma tentativa de nacionalização das creches das instituições e de transformar os dirigentes em funcionários do Estado”, sustentou Carlos César, da UDIPSS Lisboa.

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTOS)

ROTASS

Instituições associadas devem completar registo

A nova plataforma ROTASS já está disponível, com objetivo de promover a partilha, o apoio técnico e as boas práticas entre as IPSS associadas da CNIS que têm conteúdos de acesso exclusivo.

Já foram enviados por e-mail os dados de acesso a todas as associadas que, agora, devem completar o registo para usufruir de todas as funcionalidades.

As IPSS associadas estão pré-registadas na ROTASS, mas para finalizar o processo é necessário completar o registo, bastando, para tal, clicar no botão e preencher a informação necessária.

O Departamento Técnico da CNIS alerta que “é essencial concluir este passo para ativar o seu acesso à área reservada da plataforma.

Em caso de dúvida, as instituições devem enviar um e-mail para suporte@rotass.pt.

VAGA – SISTEMA DE GESTÃO DE VAGAS DE CRECHES

CNIS partilhou nova informação com as IPSS

Na sequência do desenvolvimento e implementação do VAGA – Sistema de Gestão de Vagas de Creches, por parte do ISS (Instituto da Segurança Social), a CNIS partilhou uma nova informação com as IPSS associadas, no passado dia 30 de junho.

Começando por contextualizar o momento, a CNIS refere que “as instituições da Rede Solidária com acordo de cooperação já terão concluído os seus processos internos de aferição das prioridades de admissão à resposta social, tendo já informado os pais/responsáveis parentais das crianças que frequentarão a Creche a partir de 1 de setembro de 2026, garantindo o cumprimento do previsto nos seus regulamentos internos”, acrescentando: “Como é do conhecimento de todos, a ocupação das vagas nas Creches aderentes à Gratuidade das Creches só é possível quando não existem vagas nas Creches Solidárias (com acordo de cooperação). Deste modo, para que seja possível cumprir a atribuição de vaga às crianças que dela necessitam, no sentido de



permitir este processo, as instituições da Rede Solidária com acordo de cooperação deviam aceder à VAGA, até 15 de julho, e proceder à correção/inserção dos dados relativos às crianças que frequentarão a Creche no ano letivo 2026/2027.

A CNIS relembra, ainda, que “o pagamento das comparticipações financeiras da Segurança Social em Creche, à semelhança das restantes respostas sociais, é efetuado de acordo com a comunicação de frequências, realizada mensalmente na plataforma Segurança

Social Direta, não existindo qualquer cruzamento com o sistema VAGA”.

Por fim, a Confederação esclarece que, “no enquadramento legal em vigor, se mantêm as regras relativamente aos processos de inscrição na resposta social Creche, continuando cada instituição a aplicar os procedimentos em vigor no respetivo regulamento interno para a gestão desses mesmos processos de inscrição/renovação da inscrição, tal como transmitido pela CNIS nas comunicações anteriormente efetuadas”.

eSOCIAL INFÂNCIA
by F3M

participe no

HEALTHi TALKs
by F3M

– BUROCRACIA
+ TEMPO PARA EDUCAR

CONHEÇA O eSOCIAL INFÂNCIA!

- Planificação simples e integrada
- Bloco de Notas para registar o que realmente importa
- Avaliação automática com base no que regista
- Comunicação segura e privada com as famílias

Espaço de partilha

Diálogo aberto e construtivo sobre os principais desafios enfrentados pelas instituições

Partilha de experiências e reflexão conjunta sobre práticas de sucesso

Melhoria contínua na prestação de cuidados

saiba mais em www.f3m.pt

FUNDAÇÃO O SÉCULO, CASCAIS

Nova unidade turística é fonte de financiamento da missão social

Chama-se Boomerang d'O Século e é a nova aposta da Fundação O Século. Trata-se de uma nova unidade turística na Ericeira, no concelho de Mafra, que nasce com o objetivo de transformar a atividade turística numa fonte de financiamento para a missão social da instituição.

“No Boomerang, tal como o nome sugere, o retorno é garantido, contribuindo para sustentar o trabalho social desenvolvido pela instituição”, explicou a Fundação. Assim, as receitas geradas unidade turística serão investidas nas respostas sociais que O Século promove.

Atualmente a atividade da instituição toca 14 áreas, como casas de acolhimento para crianças e jovens em risco, creche, apoio a famílias, acolhimento de refugiados, cantina social e serviços dirigidos a idosos e pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

A unidade turística nasce da recuperação e valorização de uma antiga quinta situada no centro da Ericeira, em que foi preservada a identidade da propriedade, gerando condições para alojamento turístico.

Segundo a Fundação, o projeto foi desenhado com preocupações ambientais, integrando soluções de eficiência energética e gestão responsável de recursos.

“Um espaço de alojamento tranquilo, orientado para a contemplação do mar e para o usufruto do ambiente natural da quinta” é a proposta da Fundação, que aposta na combinação do património arquitetónico com uma oferta turística ligada à paisagem e à natureza da região.

A unidade hoteleira tem 17 quartos, entre a casa principal e seis bangalôs construídos de raiz, pensados para acolher famílias e grupos de amigos.



Para a instituição criada em 1998 para dar continuidade à obra social do antigo jornal com o mesmo nome, iniciada em 1927 com a criação da Colónia Balnear Infantil, o Boomerang d'O Século vai ser “um instrumento fundamental de sustentabilidade para a missão social da

fundação”, juntando-se a um outro alojamento turístico e a uma cantina em Cascais.

A Fundação O Século apoia diariamente cerca de 600 utentes, a que se juntam cerca de 800 beneficiários anuais das colónias de férias e outras iniciativas.

LAR D. PEDRO V, PRAIA DA VITÓRIA

Lançada primeira pedra para ampliação da UCCI

O Lar D. Pedro V vai ampliar a sua Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), o que permitirá criar mais 23 lugares na Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (RRCCI), através de um investimento de cerca de três milhões de euros.

A primeira pedra da empreitada da instituição da Praia da Vitória, nos Açores, foi lançada pela secretária regional da Saúde

e Segurança Social, Mónica Seidi, que classificou o projeto como “estratégico para reforçar a capacidade de resposta da ilha Terceira na área dos cuidados continuados”.

A obra prevê a construção de um novo piso sobre uma das alas do edifício existente e a ligação funcional ao bloco de fisioterapia, numa ampliação com cerca de 628 metros quadrados.

A nova unidade terá 10 quartos duplos, um quarto de

isolamento e dois quartos destinados a cuidados paliativos e tem um prazo de execução estimado em 540 dias.

No presente, o Lar D. Pedro V dispõe de 12 camas integradas na RNCCI, distribuídas por unidades de média e longa duração.

Em 2025, a taxa média de ocupação da unidade atingiu os 96%, com vários períodos de ocupação total, o que demonstra a procura crescente por este tipo de resposta assistencial.

FOSRDI, LISBOA

Creche «Casinha de Nossa Senhora» ampliada em três salas

A «Casinha de Nossa Senhora», no Convento do Bom Sucesso, em Belém, Lisboa, é a nova creche da Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas (FOSRDI), inaugurada no passado dia 29 de junho.

A nova creche resulta de obras de ampliação, que acrescentou três salas ao espaço já existente, permitindo receber mais 36 crianças, entre os 0 e os 3 anos.

Os novos lugares que integrarão o programa Creche Feliz, portanto com frequência gratuita para as famílias, estando a abertura prevista para setembro, no arranque do ano letivo 2026/2027, após aprovação do Acordo de Cooperação com a Segurança Social.

“Esta ampliação é uma resposta a uma necessidade cada vez mais presente nas famílias que vivem nesta zona de Lisboa”, sustentou João Sales Luís, presidente da FOSRDI, revelando que a instituição tem “mais de 200 crianças em lista de espera”.



A Confederação Portuguesa da Economia Social (CPES) realizou, no passado dia 30 de junho, a convenção «A Reforma do Estado e a Economia Social». No Auditório do IIEP, em Xabregas, Lisboa, diversos representantes dos associados da CPES e muitos convidados debateram um tema que está na ordem do dia, a reforma do Estado, e a sua relação com as entidades da Economia Social. Maria José Miranda marcou presença em representação da CNIS, tendo participado num painel com o antigo ministro e ex-presidente do Conselho Económico e Social (CES) Silva Peneda, no qual abordaram a temática «O Conselho Económico e Social - Próximos desafios».

ENCONTRO COM AS UNIÕES DISTRITAIS E AS IPSS DA REGIÃO NORTE

Parece haver caça à multa às viaturas do S

Depois das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro, a CNIS reuniu com as Uniões Distritais e com as IPSS da Região Norte, um encontro que decorreu no Porto, no passado dia 9 de julho.

Estes encontros têm servido para a Direção da Confederação auscultar os anseios e preocupações dos dirigentes das UDIPSS e das instituições, mas também recolher contributos para o seu trabalho diário.

Da parte da manhã, o encontro foi com os dirigentes das Uniões, tendo estado representados todos os distritos do Norte: Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

O presidente da CNIS começou por lembrar que “a Região Norte é um território diversificado, com zonas muito diferentes, com mais ou menos população, e com grandes diferenças entre o litoral e o interior”.

“E neste território a articulação com as autarquias é muito diferente, pois há zonas em que as autarquias se alheiam das IPSS, parece que não se sentem obrigadas a apoiar as instituições”, afirmou o padre Lino Maia, recordando que “o apoio financeiro das autarquias às IPSS é apenas de 1,8% a nível nacional”.

Por isso, o líder da CNIS deixou um desafio: “Temos de agarrar e apostar em chamar as autarquias para a cooperação com o Sector Social Solidário”.

A seguir, o dirigente Alfredo Cardoso lembrou que “as IPSS não são só promotoras de coesão social, são também fator de coesão territorial”, deixando um lamento: “Não somos bem tratados, somos desvalorizados por muitas autarquias, em especial nas urbanas”.

O membro da Direção da CNIS abordou, na sua intervenção, a questão do ordenamento do território, reforçando uma ideia que já deixou nos outros encontros regionais: “Ou as CCDR criam uma plataforma para os assuntos sociais ou seremos apenas uns idiotas úteis”.

“No pós-eleições em todas as CCDR, fizemos saber que achamos muito mal que não tenha sido dada uma vice-presidência à Economia Social na nova estrutura dirigente das Comissões”, afirmou, lamentando que “nas iniciativas com as CIM, estas acabam por puxar a brasa para o seu lado”, reafirmando “a importância de haver uma plataforma nas CCDR”.

Ainda sobre a relação com as autarquias, já da parte da tarde, no encontro com as IPSS, o presidente da CNIS revelou “uma boa notícia”, que é a realização de uma reunião



com a direção da Área Metropolitana do Porto “para abordar a sustentabilidade das instituições”.

“As autarquias reconhecem a importância das IPSS e que contribuem muito para a coesão social e territorial dos seus concelhos e também no combate à pobreza. No entanto, as autarquias contribuem pouco para as IPSS, com apenas 1,8% dos custos das instituições”, reafirmou e, dirigindo-se aos representantes das IPSS, lançou o desafio que já deixara aos dirigentes das Uniões Distritais: “Nos vários distritos e concelhos alertem os autarcas para as suas responsabilidades com este sector. E há possibilidades de cooperação, como autarquias que fizeram acordos de cooperação para que as pessoas das suas localidades sejam atendidas nas IPSS, suportando os custos”.

“É muito importante fazer-se um mapeamento das respostas sociais e das necessidades e que as autarquias devem assumir as suas responsabilidades”, sublinhou, asseverando: “O que temos de começar a dizer é que o Estado tem de assumir a obrigação da proteção social e não apenas apoiar sem se sentir obrigado a fazê-lo. O Estado não tem de fazer, tem de garantir que se faz, porque ainda há muita gente a ficar para trás”.

Ainda da parte da manhã, Maria

José Miranda deu conta do momento da Contratação Coletiva, começando por dizer que “conseguiu-se fechar com as três frentes sindicais, antes da assinatura da Adenda”, afirmou, reconhecendo que “há um achatamento ilegítimo no topo das carreiras”.

“As instituições têm dificuldade em reter as educadoras de infância, porque o Estado paga muito mais, e ainda temos o problema dos diretores técnicos, que têm uma remuneração cada vez menos diferenciada das restantes”, sustentou a dirigente da CNIS, sublinhando: “Para reter talento não é com valores mínimos, até porque os nossos trabalhadores são qualificados e diferenciados”.

Missão dos negociadores para o futuro próximo é “tentar limpar as carreiras profissionais, porque algumas já não existem, e incluir as novas que têm surgido”, revelou.

Sobre esta matéria, o presidente da CNIS lembrou que o salário mínimo, de 2014 a 2020, “mais do que duplicou”, pelo que “tentou-se contrariar o achatamento com o aumento de todos os trabalhadores pelo valor do aumento do salário mínimo”.

“Há zonas do país em que, por iniciativa própria, instituições quiseram equiparar os salários aos da Função Pública, mas hoje estão com problemas financeiros”, alertou, acrescentando: “Ninguém pode impedir

uma instituição de pagar mais, mas é preciso cautela, porque podemos criar problemas e falhar na solidariedade entre instituições”.

Ainda antes de ser dada a palavra às UDIPSS, o vice-presidente da CNIS alertou para uma situação que tem sido recorrente nos últimos tempos e que se prende com “o transporte de crianças pelas instituições, porque parece que há uma caça à multa”.

Sobre esta matéria, Filomena Araújo, da UDIPSS Viana do Castelo, lembrou que os veículos de transporte de crianças têm de ter o dístico para tal, um estojo de primeiros-socorros, uma raquete para parar o trânsito e uma inspeção específica, aproveitando para levantar outra questão: “A vida útil das carrinhas de nove lugares, as mais usadas nas instituições, mantém-se nos 16 anos, o que já não acontece com os autocarros, sendo que as carrinhas servem para transporte acessório”.

Por outro lado, a dirigente de Viana do Castelo lembrou que “um técnico superior, no início de carreira, ganha pouco mais do que o salário mínimo”.

Já Jorge Pereira, da UDIPSS Braga, começou por alertar para os “problemas de sustentabilidade das instituições da área da deficiência, uma vez que os acordos de cooperação são insuficientes, não há apoio

SAD e de transporte de crianças das IPSS



para adaptar viaturas e há uma grande necessidade de Lares Residenciais” no seu distrito, tal como “creche e ERPI, em especial no Quadrilátero”, composto pelos concelhos de Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos.

Jorge Pereira revelou, de seguida, vários “problemas com a paragem das viaturas de SAD em vários concelhos, que são alvo de multas”, adiantando: “Há instituições que ponderam deixar de prestar o serviço domiciliário nos locais onde parece haver uma caça à multa”.

Sobre as remunerações, o «vice» da União de Braga defendeu que “é preciso valorizar os recursos humanos, porque o problema é mais grave do que apenas o achatamento da tabela”, ressaltando: “Mas se não pagamos mais, fechamos as portas porque os trabalhadores vão embora”.

“O problema não é só o topo da carreira, porque, se no início o Estado paga mais,

ninguém que vir para o Social”, argumentou, sublinhando: “Temos de lutar para que nos paguem para podermos pagar melhor”.

Sobre a devolução do IVA dos projetos PRR, o dirigente de Braga lamentou “a mudança das regras a meio do jogo”, alertando que o Estado “quer rever processos que já pagou”.

“Se calhar, isto não vai com reuniões em gabinetes, mas com uma recolha de dados e uma conferência de imprensa para denunciar a situação”, defendeu Jorge Pereira.

Acerca deste tema, Alfredo Cardoso já havia dito que “não há forma de enquadrar a interpretação da Autoridade Tributária”.

Jorge Pereira criticou ainda os atrasos de processos por parte do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes) no caso da Mobilidade Verde, que acarretam “prejuízo com o atraso nos pagamentos às instituições”.

“É preciso mudarmos de atitude perante estas entidades”, afirmou o «vice» da UDIPSS Braga.

Já Pedro Magalhães, da União do Porto, levantou o problema da idade de muitas trabalhadoras das instituições, “que começam a ter problemas de saúde, em especial as assistentes de ação direta”.

Também Borges Machado, da UDIPSS Vila Real, insistiu neste tema, dizendo: “Os nossos trabalhadores têm alguma idade e somos obrigados a dar-lhes trabalhos mais leves, sendo que há casos em que têm de ser duas pessoas a fazer o trabalho de uma. Isto tem de que ser levado em conta nas negociações com o Estado”.

Maria José Miranda lembrou, então, que a CNIS já encetou o processo para que a profissão de assistente de ação direta, e não só, seja “considerada uma profissão de desgaste rápido”.

Por outro lado, Pedro Magalhães lançou a ideia de que “seria bom refletir sobre as candidaturas, porque não deviam ser as IPSS a avançar, mas o Estado, que conhece as necessidades, a propor as respostas e depois ver que instituições avançavam”.

Borges Machado lançou ainda um desafio à CNIS: “Temos de nos afirmar e vir a público denunciar que as IPSS estão subfinanciadas e, por isso, muitas não admitem os mais humildes, mas quem pode pagar para podermos equilibrar as contas”.

Jorge Rodrigues, também da União de Vila Real, sublinhou a “necessidade de inovar nas respostas sociais, pelo que é preciso uma negociação que permita desenvolver respostas para o futuro e não apenas as do passado”.

A fechar as intervenções das Uniãoes Distritais, Sónia Silva, da UDIPSS Braga, lamentou a “falta do apoio prometido aos combustíveis, que vai ser pago por instituição e não por viatura, tal como acontece com os bombeiros”.

A encerrar a jornada matinal, o presidente da CNIS lançou um desafio aos dirigentes.

“O Governo retomou a ideia de criar a Lei do Financiamento das Respostas Sociais, mas neste momento, creio eu, a perspetiva do Governo é de que o financiamento será de 85% para as respostas da deficiência e 50% para todas as outras. Por isso, façam-nos chegar contributos e alertas para que possamos ter uma verdadeira Lei de Financiamento das Respostas Sociais”, defendeu, ressaltando: “Tendo em atenção que, como estamos, o Estado não sente a obrigação da proteção social”.

Já a parte da tarde, com a presença das IPSS da região Norte na plateia do auditório do Centro Paroquial de Aldoar, no Porto, arrancou com a apresentação de Leticia Fernandes, do Departamento Técnico da CNIS, sobre «Gestão de Risco», à semelhança do que aconteceu no encontro com as instituições da região Centro.

Depois, foi tempo de as IPSS darem conta das matérias que as preocupam e que gostavam de ver resolvidas.

Os temas abordados foram, essencialmente, os recursos humanos e remunerações (“Quando os salários são muito baixos é difícil alcançar o bem-estar, principalmente dos técnicos superiores”, Centro Social da Foz, Porto; “Assistimos à fuga dos recursos humanos! Por isso, não podemos pedir caridade, temos de exigir o que precisamos ou, então, o Estado tem de deixar de exigir com soberba. A CNIS tem de mudar de paradigma de negociação”, Centro Social de Calendário, Vila Nova de Famalicão); e o financiamento das instituições e a sua sustentabilidade (“As medidas de autoproteção são necessárias, mas como implementá-las sem apoio financeiro”, AS - Associação de Solidariedade, Santo Tirso; “O Estado paga 40% e quer mandar a 100%. Afinal, qual é o papel do Estado? As únicas PPP - Parcerias Público Privadas que não dão prejuízo ao Estado são as com o Sector Social”, Albergues do Porto; “A sustentabilidade necessária não é só a financeira, mas também a da qualidade dos serviços”, ASAS, Santo Tirso).

No fecho de mais um encontro com as Uniãoes Distritais e as IPSS, o presidente da CNIS sublinhou que “selecionar utentes não é a nossa missão”.

“Que Estado queremos? Se é o Estado Social, então, vamos fazer as coisas como deve de ser, porque o grande pilar do Estado Social é o Sector Social Solidário”, defendeu, lembrando: “Prestamos serviço público e é, óbvio, que, por exemplo, em termos de IVA, devíamos ser equiparados às autarquias, cujo o IVA é de 6%. Até porque, cerca de 40% do que recebemos, devolvemos ao Estado em TSU, IVA e outros, para além dos impostos indiretos”.

Por fim, o padre Lino Maia deixou um agradecimento a todos os presentes e demais IPSS da região Norte pelo trabalho que desenvolvem.

“São cerca de 900 mil pessoas no Norte que estão a ser apoiadas e a viver melhor devido ao vosso trabalho. Por isso, obrigado”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTOS)

CONVENÇÃO DE LANZAROTE

CNIS quer colaborar na resposta à violência sexual contra crianças

A Convenção de Lanzarote é o instrumento do Conselho da Europa relativo à proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais. Trata-se do primeiro tratado internacional juridicamente vinculativo e abrangente que dá uma resposta à violência sexual contra crianças. Foi assinada em Lanzarote em 25 de outubro de 2007, entrou em vigor na ordem internacional em 1 de julho de 2010 e, relativamente a Portugal, entrou em vigor em 1 de dezembro de 2012.

Os principais objetivos da Convenção encontram-se no artigo 1.º: prevenir e combater a exploração sexual e os abusos sexuais de crianças; proteger os direitos das crianças vítimas; e promover a cooperação nacional e internacional. A Convenção cria ainda um mecanismo específico de acompanhamento da sua implementação.

Nesta perspetiva, a Convenção estrutura-se em quatro planos complementares:

- prevenção, com medidas de recrutamento seguro, formação, sensibilização das pessoas que trabalham em contacto regular com crianças, educação das crianças sobre riscos e meios de proteção, e programas ou medidas de intervenção preventiva;
- proteção e assistência às vítimas, com programas sociais eficazes, estruturas multidisciplinares e apoio ao restabelecimento físico e psicossocial das crianças;
- procedimentos penais e processuais adaptados à especial vulnerabilidade das crianças enquanto vítimas ou testemunhas;
- participação das crianças, da sociedade civil e do setor privado na elaboração e implementação de políticas de prevenção e proteção.

Do ponto de vista preventivo, o artigo 5.º da Convenção é central: vincula os Estados a sensibilizar as pessoas que contactam regularmente com crianças nos setores da educação, saúde, proteção social, justiça, segurança e nas atividades desportivas, culturais e de lazer; a assegurar conhecimento adequado sobre exploração e abuso sexual de crianças e meios de deteção; e a garantir que os candidatos a profissões com contacto habitual com crianças não foram condenados por atos de exploração sexual ou abusos sexuais de crianças.

Portugal tem sido membro ativo do Comité de Lanzarote, organismo que acompanha a implementação da Convenção pelas Partes.

Susana Antas Videira, Licenciada, Mestre e Doutora em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, exerce, desde dezembro de 2024, as funções de Diretora-Geral da Política de Justiça e representa o Ministério

da Justiça português em várias Comissões. Em entrevista ao SOLIDARIEDADE admite que a CNIS pode dar uma ajuda à DGPJ na resposta à violência sexual contra crianças.

Qual é a função da Direção-Geral da Política de Justiça no âmbito da Convenção de Lanzarote?

A Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), no âmbito das suas competências de representação do Estado português em comités especializados do Conselho da Europa, coordena respostas nacionais a exercícios de avaliação em matérias de justiça, direitos humanos e proteção da criança. Os relatórios de avaliação, as recomendações e as boas práticas podem ser consultados nas páginas do Conselho da Europa dedicadas à monitorização da Convenção.

Em 2025, o Comité de Lanzarote publicou relatório que inclui Portugal no âmbito do ciclo sobre a proteção das crianças contra o abuso sexual no círculo de confiança.

Atualmente, encontra-se em curso um novo ciclo de monitorização lançado pelo Comité de Lanzarote em março de 2026, dedicado ao rastreio de profissionais, voluntários e outras pessoas em contacto com crianças. Os Estados Parte foram convidados a responder ao questionário até 30 de junho de 2026 e as organizações da sociedade civil, bem como as instituições nacionais de direitos humanos podem enviar informação até 1 de setembro de 2026, estando o relatório de implementação previsto para 2027.

Convido, pois, os leitores a consultarem as páginas do Conselho da Europa sobre a Convenção de Lanzarote, onde podem encontrar, para além da informação sobre Portugal, recursos úteis de utilização livre.

A DGPJ tem promovido a tradução e divulgação de documentos relevantes, como o Relatório Explicativo da Convenção e o sumário executivo e recomendações do relatório de avaliação do Comité de Lanzarote, para facilitar o acesso de decisores, profissionais e entidades com responsabilidades na proteção das crianças.

Que papel desempenham as entidades do Sector Social e Solidário?

A Convenção de Lanzarote é simultaneamente um texto jurídico internacional e uma fonte de orientação prática nacional. É simples de ler e clara quanto aos seus objetivos. Congrega os princípios que devem guiar as melhores formas de concretizar a proteção das crianças. O seu sistema de monitorização



permite ainda comparar respostas nacionais, identificar práticas promissoras e reconhecer lacunas de legislação, política pública e prática institucional.

Neste contexto, o papel das entidades do Setor Social e Solidário não é acessório: a própria Convenção convoca os serviços sociais, a sociedade civil e as entidades que trabalham em contacto regular com crianças para a prevenção, a deteção precoce, a sinalização, a articulação institucional e o apoio às vítimas.

Ora, os objetivos que se pretendem alcançar abrangem toda a vida de uma criança e, neste contexto, não é possível desconsiderar ou minorizar um setor tão importante como o das instituições de solidariedade social.

Estas instituições concretizam a justiça e a solidariedade em áreas que vão da educação ao apoio a crianças, jovens e famílias, da integração social e comunitária ao acolhimento e ao apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade. Nessas áreas, uma política de prevenção clara pode fazer a diferença entre a proteção e o perigo.

Concretamente o que podem fazer essas entidades?

Em termos práticos, as entidades do SSS podem desempenhar funções de enorme relevo: garantir processos de recrutamento e seleção seguros; formar trabalhadores, dirigentes e voluntários; adotar códigos de conduta e protocolos internos de sinalização; assegurar canais de comunicação com as entidades competentes; e apoiar as crianças vítimas através de respostas articuladas, multidisciplinares e respeitadoras do superior interesse da criança.

Veja-se, por exemplo, a relevância do setor na avaliação do Conselho da Europa que se

encontra em curso, relativa à forma como os Estados cumprem a obrigação de garantir que os candidatos a profissões cujo exercício implique contacto regular com crianças não tenham sido anteriormente condenados por atos de exploração sexual ou abusos sexuais de crianças. O contributo das IPSS é, por isso, decisivo para mostrar como as normas se aplicam no terreno, quais são os obstáculos práticos e que soluções podem reforçar a proteção.

Até que ponto não será interessante estreitar essa colaboração, designadamente com as IPSS associadas da CNIS, sobretudo as que têm respostas sociais nas áreas das crianças, jovens e deficiência?

A CNIS já partilhou connosco a ideia de se elaborar e enviar um questionário às IPSS associadas da Confederação. É uma iniciativa de grande mérito. Além de inovadora, está alinhada com a Convenção de Lanzarote, que valoriza a participação da sociedade civil, a cooperação entre entidades públicas e privadas e a recolha de informação útil para a prevenção e a proteção das crianças. Permitam-me, assim, acentuar, por um lado, o carácter inovador da iniciativa, que considero sintomático do dinamismo do setor, e, por outro, a sua importância para o diagnóstico de eventuais desafios e para o estudo e apresentação de soluções. Um questionário bem estruturado pode produzir informação agregada, comparável e útil para avaliar práticas de recrutamento seguro, formação, códigos de conduta, procedimentos de sinalização, articulação com entidades competentes e necessidades de apoio técnico.

A DGPJ não deixará de acompanhar com interesse o resultado alcançado.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhorar a qualidade dos seus serviços e aumentar a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.



EDITAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS



SERVÍCIOS PLATEIAÇÃO



RETRATOS E IDENTIFICAÇÃO



RESTAURAÇÃO FOTOGRÁFICA E CRIAÇÃO DE EVENTOS



RENDIMENTO



SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ELÉTRICA



LABORAL



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

UNIDADE OPERATIVA TRIVALOR-SCS-GR

ROSA DA MANHÃ Nº 30 - 2150-070 CHAMUSCA
1645-200-0000 / 2150-0000
FAX: 2150-9000 / 2150-0000
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

PATRONATO – CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL SANTA MAFALDA, AROUCA

ERPI visa dar resposta a uma necessidade da população do concelho de Arouca

O Patronato – Centro Paroquial e Social Santa Mafalda (CPSSM) foi fundado em 1949 pelo padre Adriano de Sousa Moreira, com a prestimosa colaboração da Dona Mafaldinha, cuja casa, décadas mais tarde, acabou por ser adquirida pela instituição aos herdeiros, criando aí o polo central das suas instalações.

Em época em que muitas famílias não conseguiam criar os seus filhos por carências económicas, o Patronato nasceu com uma resposta de acolhimento para as filhas de Arouca cujos pais não tinham condições para as ter.

“Naquele tempo do Estado Novo, era tempo de uma pobreza acentuada, comparando com os dias de hoje! As famílias tinham filhos e não tinham capacidade de os educar, de manter os próprios filhos, mas os pais nunca os abandonavam, pediam ajuda. E o Patronato nasceu dessa necessidade que havia em Arouca”, explica o padre Luís Mário, atual presidente da instituição.

Esse continua a ser o motor da instituição e daí, depois de 76 anos dedicada às áreas da infância e da deficiência, avançou para a construção de uma ERPI.

“A ERPI surge, agora, exatamente no mesmo espírito, porque a filosofia desta casa continua a ser a mesma”, sublinha, acrescentando: “O apoio à infância e juventude não será descurado, porque todas essas respostas vão continuar. Agora, o Patronato é uma instituição que está atenta às necessidades da sociedade, que é dinâmica e não é algo estático. Assim, o Patronato entende, por bem, não por querer simplesmente ter, mas por querer ir ao encontro da necessidade da população, criar esta resposta nova, porque sabemos que há um grande défice desta valência para a terceira idade. O Patronato tem esta obrigação moral de ir ao encontro das necessidades da população e essa é a única razão para estarmos a construir uma ERPI”.

A obra está orçada em 5,4 milhões de euros, com um financiamento de 3,4 milhões do PRR, e tinha como prazo de conclusão o dia 30 de junho. Porém, à semelhança de muitas das empreitadas do género e no âmbito do PRR, ainda não está concluída, “mas não é por falta de pagamento, os atrasos são com o empreiteiro”, ressalva o padre Luís Mário.

A projetada ERPI é para 80 utentes, “um projeto ambicioso”. “Sabemos que é exigente do ponto de vista financeiro e que o conforto financeiro do Patronato vai ser menor, por isso recorremos a um crédito bancário, porque a instituição não vai deixar de cumprir com os seus compromissos, seja com os colaboradores, seja com os fornecedores ou outras entidades, porque temos outros pequenos projetos, como o CACI, em execução, e ainda a aquisição de dois novos veículos”, revela o presidente do Patronato, salvaguardando que a instituição “não deixa de ter conforto financeiro, porque as contas são razoáveis”.

Com uma longa história de apoio à infância e juventude, mas também a pessoas com deficiência, o Patronato, no último ano letivo, cuidava de 84 bebés na creche, 100 no Pré-Escolar e 80 no CATL. Já na área da deficiência, presta apoio a 15 jovens, através de um CAO que está a ser transformado em CACI, que terá uma capacidade de 29 utentes.

“A transformação de CAO para CACI funciona apenas a nível protocolar. Existe uma lei que exige transformações físicas e estas estão a ser executadas através do PRR e só no final de tudo é que será feita”, explica o padre Luís Mário.

Já sobre a Creche Feliz, “é um projeto de nível nacional que espelha o próprio nome, porque é um projeto feliz”, começa por dizer, acrescentando: “Nós vemos quem tem os filhos e, por norma, são casais jovens, em início de vida e de aquisição de própria casa,



e sabemos que a creche era mais uma despesa no orçamento familiar. E é um projeto feliz porque os pais deixam de ter esse encargo. Agora, financeiramente, o valor que está a ser pago às instituições é um valor médio nacional. Sabemos que as zonas mais urbanas e com mais população têm um valor de creche mais elevado e que as regiões do interior, e as mais do interior do que nós, praticavam valores mais abaixo, pelo que, esta média, para o Patronato não foi prejudicial”.

Sobre a resposta mãe da instituição arouquense, o padre Luís Mário começa por referir que, “nos anos 1940, não era um Lar de Infância e Juventude (LIJ) como hoje, não tem nada a ver uma coisa com a outra”, porque “não havia protocolos com ninguém e era a própria sociedade que ajudava”.

“Mas a sociedade não é estática e, ao longo dos anos, fez com que este tipo de resposta se transformasse em LIJ, se estabelecesse um protocolo com o Estado e, neste momento, já não vai de encontro às necessidades apenas dos arouquenses, mas da sociedade

em geral”, destaca, enfatizando: “O Patronato orgulha-se de formar muitas jovens, com algumas a seguirem para a universidade. O Patronato adquiriu mesmo um apartamento no Porto para ser residência universitária das nossas jovens. Neste momento, não está a ser utilizado com esse fim porque, como as nossas jovens têm problemáticas diferentes, por exemplo, a nível de saúde mental, agora o foco passa muito pelos cursos profissionais. A casa não está parada, pelo que a temos alugada para dar rendimento à instituição”.

Relativamente às alterações exigidas na ‘nova’ resposta Casa de Acolhimento, o padre Luís Mário é perentório: “Ou adaptamos as regras ao edifício, e não o contrário, e as coisas funcionam ou, caso isso não seja possível, o Patronato deixará de ter essa resposta”.

“Esta é uma casa que tem uns anos e foi feita com as regras em vigor ao tempo. Agora, adaptar uma casa feita naquele tempo para as regras de hoje é muito complicado. O que queremos fazer, e já apresentámos uma

contraproposta, é o que é possível fazer com este edifício. De todo, não vamos deitar o edifício abaixo para construir algo novo. Por isso, apelamos ao bom-senso”, afirma, lembrando que esta “é uma resposta deficitária face ao quadro de pessoal que é necessário ter e tudo o resto que é preciso para funcionar, como medicamentos, roupa e outras coisas”.

O dirigente aponta ainda uma falha ao sistema, que acaba por não beneficiar a jovem utente e por dificultar a vida à instituição: “E há uma regra com que, pessoalmente, não concordo, não pela regra, mas pelo contexto, que tem que ver com o abono de família. Este é dado aos pais para os ajudar a criar os filhos, mas porque é que isso não sucede com as instituições, que são quem as cria e educa? Esse valor não vai enriquecer as instituições”.

E como seria Arouca sem o Patronato?

“Seria mais pobre, mas também seria mais pobre sem as outras instituições, porque uma terra que não cuida dos seus não é uma boa terra”.

Crónica

Henrique Rodrigues

Presidente do Centro Social de Ermesinde



Os exames do Secundário

1 - O processo dos exames do fim do ensino secundário tem ocupado, a par dos incêndios, as preocupações do início do Verão.

Trata-se de um tema que bem merece a atenção que lhe é dedicada: as notas dos exames do ensino secundário têm um papel importante nas possibilidades de acesso dos alunos ao ensino superior e de escolha das Universidades e dos cursos que constituem a sua preferência.

O acesso ao ensino universitário, designadamente nas Universidades públicas, constitui, em muitos cursos, um bem escasso – o que explica o clima de concorrência entre os alunos para obterem as melhores classificações nas provas de exame.

(Volta não volta, vem ao debate a questão de saber se esse processo de seriação dos alunos pelas notas dos exames como critério de acesso ao ensino superior é justo, nomeadamente por concorrerem para a média de acesso as notas de frequência do secundário; e por, neste, nem todos estarem em posição de igualdade, uma vez que algumas famílias têm posses que lhes permitem inscrever os seus filhos em certos colégios privados, dos mais cotados – mas outras não dispõem desse recurso.

Mas esse é outro debate, que não vem ao caso no presente contexto senão para explicar a pressão a que as famílias e os alunos estão sujeitos no período dos exames finais, situação que bem mereceria que o Governo não viesse contribuir para aumentar o nervosismo próprio do processo.)

Descontando essas circunstâncias exteriores, que todavia inquinam a questão, creio que o objectivo essencial dos exames a nível nacional é o de assegurar que, no que diz especificamente respeito a esse processo, ele sirva para avaliar os conhecimentos e as competências dos alunos e que a

respectiva seriação corresponde a tais competências.

Pelo que tenho lido e ouvido, essa finalidade não está assegurada.

2 – Uma das inovações do processo de exames deste ano consiste em digitalizar e, após a digitalização, trincar cada uma das provas dos alunos, por forma a enviar cada fatia – correspondendo a cada pergunta, ou item – a um professor corrector diferente.

Isto é, cada prova de exame será corrigida por três, ou quatro, ou cinco, ou mais professores, consoante o número de questões que a prova integra.

E cada professor corrector só recebe a resposta já fatiada que vai

corrigir, desconhecendo, e não podendo conhecer, as restantes fatias da prova de exame elaborada pelo aluno.

Para o caso, como é frequente, de toda a resposta de um aluno a uma determinada questão exigir mais do que o espaço que está na página ou folha de exame, a resposta continua noutra, sempre sob um código de identificação específico.

Ora, o que tem acontecido, segundo relatos que têm vindo a lume, é essa parte da resposta não aparecer, no que é enviado para o professor corrector – e, portanto, poder nem ser corrigida, embora, pelo conteúdo, pudesse merecer o máximo da pontuação.

Todos, ou quase todos, nos lembramos dos exames que fizemos ao longo da vida – e de como frequentemente passávamos adiante perguntas, com o nervosismo, sem darmos conta, na corrida contra o tempo que cada exame constitui.

Poder-se-á dizer, como diz o Ministério da Educação, que, não obstante a estrutura da plataforma de digitalização e a complexidade do retalho das folhas das provas de exame, tais enganos seriam logo a seguir corrigidos.

No entanto, se não o forem, a folha de continuidade, nesse caso, vai para outro corrector – que não é

a quem cabe a correcção dessa pergunta, de que não conhece a primeira parte da resposta.

Nada disto devia acontecer; e a culpa é de quem engendrou o sistema de avaliação, a plataforma e as suas funcionalidades.

E o que não pode é nenhum supervisor vir dizer que, quando o resto da resposta não acompanhe, até ao fim da data prevista, a questão enviada digitalmente para o corrector, este avalie apenas a parte da resposta que recebeu, sem cuidar do que se segue – que, todavia, integra e completa a resposta total – porque, nesse contexto, há que garantir que nenhum aluno seja prejudicado com a ablação de parte das respostas.

Como qualquer percebe, serão, e muito, prejudicados.

E muitos, como tem sido denunciado pelos professores correctores.

3 – Diz-me a minha Mulher, que foi professora toda a vida, que o processo de retalhar as respostas das provas de exame e enviar cada retalho ao respectivo corrector não tem apenas os inconvenientes procedimentais e os incidentes acima enunciados.

E que o preenchimento de cruzinhas como modalidades de resposta de escolha múltipla, em certas áreas,

apenas serve para o sucesso estatístico, ao invés da elaboração de frases completas, com sujeito e predicado e com sentido – que permitiriam verificar competências.

O modelo anterior, em que cada professor corrector avaliava e classificava a prova integral de cada aluno, permitiria, em algumas disciplinas dessas áreas, uma avaliação mais completa do que a simples soma de respostas parcelares.

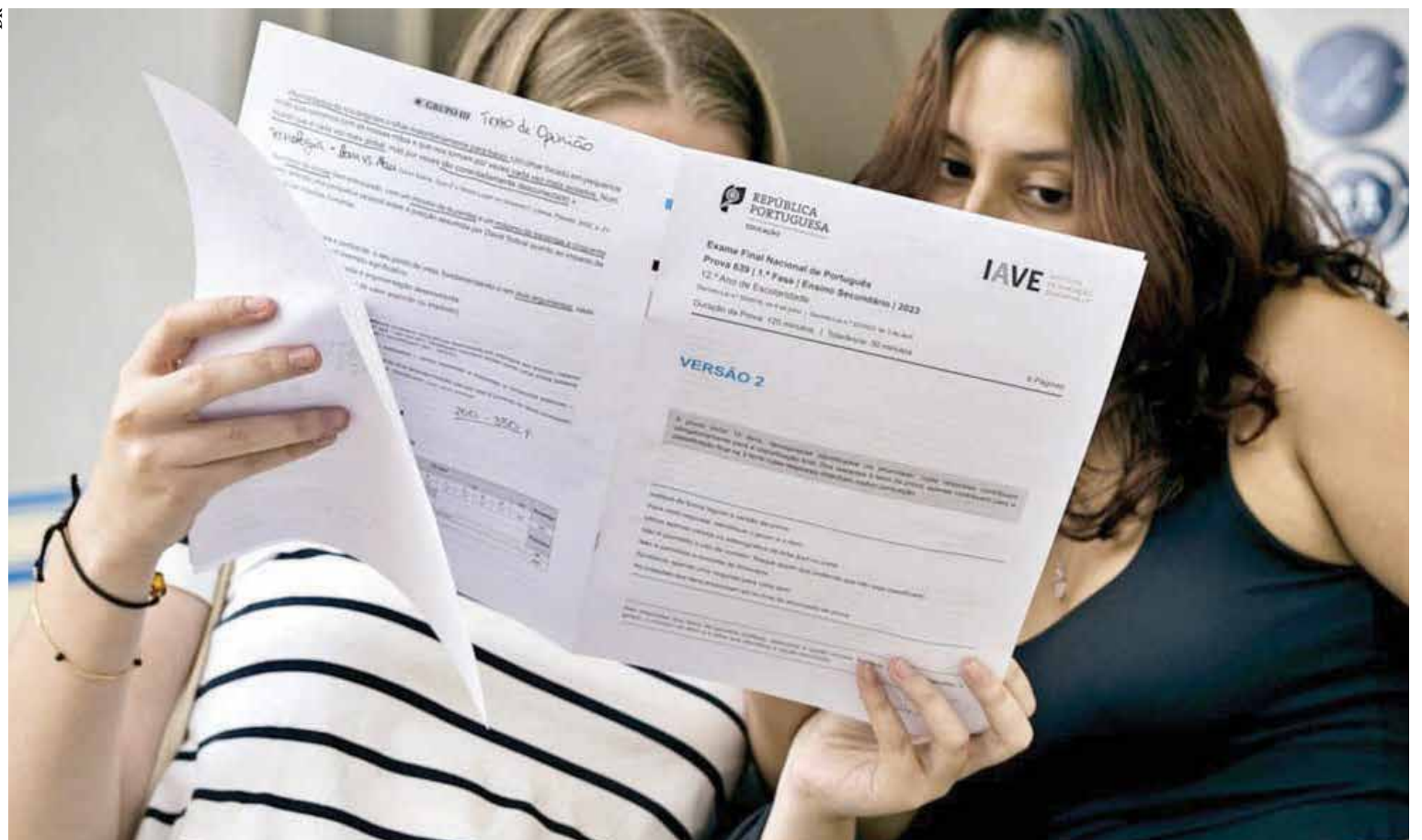
Permitiria uma compreensão mais ampla do perfil global do aluno, com umas respostas iluminando a resposta a outras – e assim permitindo uma avaliação mais completa e aprofundada das provas.

O Ministério da Educação veio elucidar-nos de que a opção pelo procedimento de digitalização das provas de exame já havia sido deliberado pelo Governo anterior, tendo-se o Governo de turno limitado a pôr em execução o novo sistema.

Não ponho isso em dúvida.

Do que se trata é de enviar para Lisboa todas as provas, para a respectiva digitalização e para a colocação na plataforma correspondente, centralizando um procedimento que até agora se desdobrava pelos distritos.

Ora, se é para centralizar, o PS e o PSD não poderiam estar mais de acordo.





**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30

Manuais Representantes

19

Manuais Produtores

5.800

Produtos e Serviços

4.800.000

€ por ano

120.000

Terminados mais
de 120.000 km de obra
qualificada

175 M €

Construções

100%

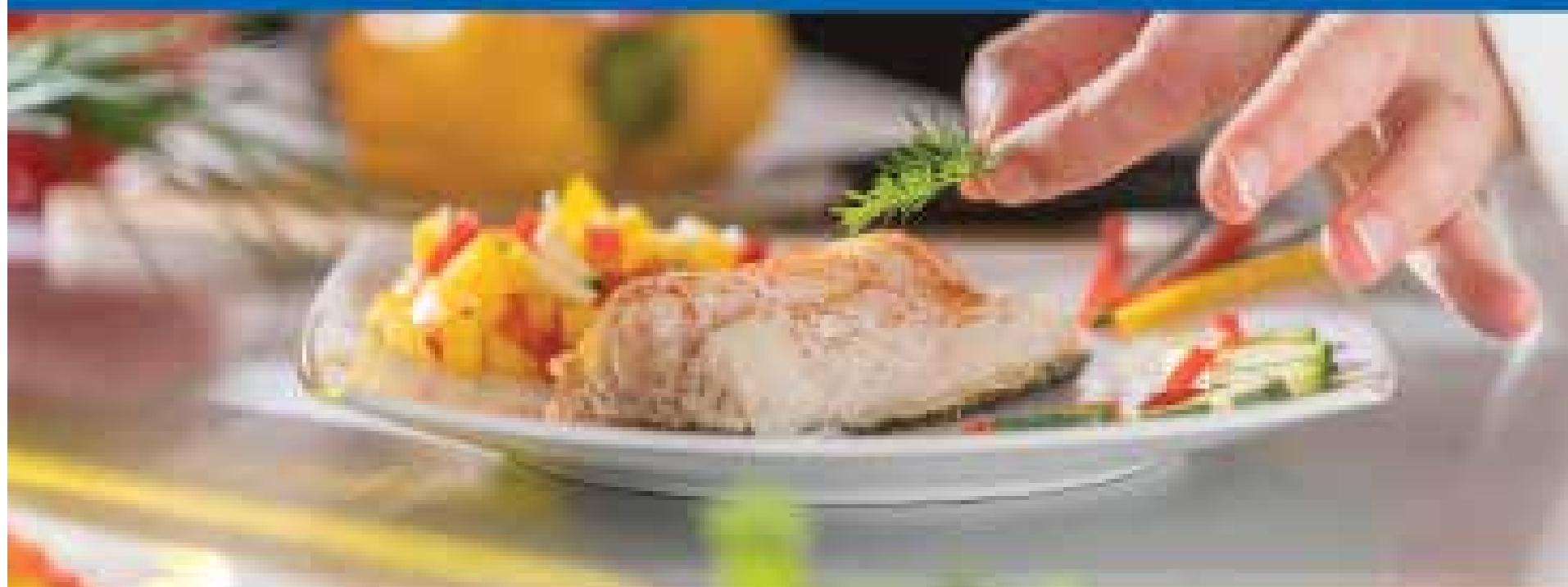
Cobertura Nacional
e áreas de Marinha e Agrimão
e intervenção para áreas
de risco, Bacia e Armazém

+24.000

Plataformas administrativas
e de armazenamento

8

Plataformas Logísticas
Lisboa, Porto, Braga,
Coimbra, Alentejo, Algarve,
São Miguel e Terceira
e Madeira



LISBOA: 215 001 888
ALGARVE: 301 404 001
PORTO: 301 404 001

COVILHÃ: 215 000 400
VISEU: 301 404 001
MADEIRA: 215 000 400

SÃO MIGUEL: 215 000 400
TERCEIRA: 215 000 400
www.sogemave.pt



certificação internacional
de qualidade
de gestão
de processos

TRIVIALOR
VALOR 360

ALTERAÇÃO AO ESTATUTO DAS IPSS

Presidentes das Instituições podem ser reeleitos para além dos três mandatos consecutivos

Foi publicado o decreto-lei que procede à alteração do artigo do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social que limitava a três o número de mandatos consecutivos dos presidentes das IPSS.

A partir de agora, o presidente da instituição ou cargo equiparado continua a estar limitado a três reeleições consecutivas, mas foi criado um regime de exceção que prevê que “o presidente da instituição ou cargo equiparado pode ser eleito para até mais dois mandatos consecutivos quando seja impossível proceder à sua substituição”.

A prorrogação dos três mandatos consecutivos destina-se a acautelar “situações em que se demonstre a impossibilidade objetiva de proceder à substituição do presidente ou cargo equiparado” e carece de deliberação fundamentada da assembleia geral, registada em ata, com base nas situações previstas no decreto-lei: “Ausência de candidatos disponíveis ou interessados para o cargo, após divulgação e tentativa de captação junto dos associados; falta de associados com perfil, experiência ou qualificações adequadas para o exercício das funções;

situações de contexto local, como o envelhecimento da população ou diminuição significativa do número de associados que impeçam a apresentação de candidaturas suficientes para a renovação dos órgãos sociais; e razões excecionais de continuidade institucional, como projetos estruturantes em curso cuja interrupção possa comprometer a sustentabilidade e o funcionamento da instituição.”

Para o presidente da CNIS o decreto-lei agora publicado não altera grande coisa:

“Havendo pessoas que se disponibilizem a candidatar-se, a questão não se põe. A alteração refere-se a quando não houver pessoas que se candidatem ou quando estiver em causa o perfil daqueles que se propõem candidatar-se. Aí, em Assembleia Geral, pode-se reconduzir o presidente em funções”.

Já em relação às questões excecionais de continuidade institucional, como projetos estruturantes em curso cuja interrupção possa comprometer a sustentabilidade e o funcionamento da instituição, Lino Maia não tem dúvidas: “Isso é mais do que justo,

porque investimentos grandes são da instituição, mas têm um rosto, e por vezes é difícil passar esses investimentos para outros que não estiveram na sua base”.

Esta alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social vem acompanhada de um reforço da segurança jurídica na verificação das condições legais aplicáveis aos titulares dos órgãos das instituições, designadamente quanto à inexistência da causa de não elegibilidade. A comprovação pode ser feita por meios simples e desmaterializados, designadamente através de autorização expressa do titular para acesso à informação necessária pelos serviços competentes, da disponibilização de código de acesso ou da apresentação de certificado do registo criminal.

Recorde-se que em 2014 na revisão do Estatuto foi alargada a duração dos mandatos de três para quatro anos e foi fixado um limite máximo de três mandatos consecutivos, com o objetivo de prevenir situações de perpetuação na liderança e, simultaneamente, assegurar a estabilidade e a continuidade do funcionamento das instituições.

CENTROS DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO

Governo aprova aumento de capacidade permanente

O Governo anunciou que foram alteradas as condições de funcionamento dos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), aumentando a sua capacidade permanente para responder à necessidade de descanso dos cuidadores informais em soluções não-residenciais. Em comunicado, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) refere que esta alteração, que vai constar de portaria a publicar nos próximos dias, vai aumentar a capacidade permanente dos CACI para mais três utentes, além de dar a possibilidade de acompanhar até mais 15 pessoas

na comunidade, para beneficiar de orientação de técnicos especializados.

“Este é um importante apoio para quem termina a escolaridade obrigatória e não encontra resposta adequada para o seu projeto de vida”, destaca o ministro tutelado por Maria do Rosário Palma Ramalho. Em matéria de recursos humanos, a portaria aumenta o rácio de monitores e ajudantes de ação direta no caso de pessoas com necessidade de maior apoio, multideficiência ou paralisia cerebral, situações que vão beneficiar de uma

comparticipação acrescida por parte do Estado, segundo o MTSSS. Quanto ao edificado onde os CACI estão instalados, o MTSSS indica que deixa de ser obrigatória a existência de uma lavandaria, desde que o serviço seja assegurado externamente, e é reduzida a exigência quanto ao pé direito que passa agora a ser de 2,70 metros. Os CACI constituem respostas sociais de base comunitária, destinadas a pessoas com deficiência, para promover a autonomia, a valorização pessoal e a inclusão social e profissional através de atividades ocupacionais adaptadas.

AGUARDAM VAGA NA RNCCI E EM LARES

Há 3500 utentes internados nos hospitais com alta clínica

Dos cerca de 3.500 utentes internados nos hospitais com alta clínica em maio, apenas 38% aguardavam vaga nos cuidados continuados e grande parte esperava vaga num lar, segundo o secretário de estado da Gestão da Saúde.

Em declarações na Comissão de Saúde, onde foi ouvido sobre o agravamento dos chamados internamentos sociais, Francisco Catalão disse que, a 31 de maio, estavam sinalizados cerca de 3.500 utentes internados nos hospitais com alta clínica, um número que disse ser importante decompor.

Segundo explicou, dos cerca de 3.500 utentes, 38% aguardava vaga na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, uma “importante parcela” estava à espera de vaga nas estruturas residenciais para idosos ou em serviços de apoio domiciliário e 513 utentes enfrentavam bloqueios jurídicos

relacionados com o regime do maior acompanhado. “Não estamos perante uma crise exclusivamente hospitalar, nem exclusivamente da saúde”, disse Francisco Catalão, que sublinhou o desafio do envelhecimento demográfico, que disse exigir uma “resposta integrada” de dois ministérios: Saúde e Segurança Social.

O governante disse ainda que, a 31 de maio, a RNCCI atingiu os 10.041 lugares, que “nunca perdeu capacidade” com este Governo e que tem hoje mais 424 lugares do que no final de 2023. “Não ficarei descansado enquanto houver um português nestas condições”, acrescentou.

O último barómetro dos internamentos sociais, divulgado em abril, indicava que 2.807 pessoas estavam em março internadas nos hospitais públicos após terem alta clínica, mais 19% do que no mesmo

mês de 2025.

Estes dados, que indicam que 13,9% das camas do Serviço Nacional de Saúde estavam nesta altura ocupadas com estes casos, sofreu um agravamento e, em junho, o valor era superior (cerca de 3.500).

Francisco Catalão elencou as diversas medidas aplicadas pelo Governo para tentar controlar este problema, como por exemplo o projeto Ponto Parceiro, que visa assegurar cuidado de proximidade a utentes dos lares, permitindo que a despesa com medicamentos e exames seja assumida pelo Ministério da Saúde.

Segundo disse, entre janeiro de 2025 e abril deste ano, foram criados 1.376 pontos parceiros, 76,3% (1.006) em Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) e mais de 23% em entidades da RNCCI, abrangendo um total de 61 mil utentes.

Apontou ainda o projeto-piloto das Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI), que integrava de início cinco Unidades Locais de Saúde (ULS) e foi alargado a 31 das ULS, que aderiram de forma voluntária.

O governante sublinhou ainda a atualização, no ano passado, dos preços na RNCCI e nos cuidados paliativos superior ao índice de preços do consumidor, dizendo esperar “para breve” uma nova atualização e reconhecendo que o modelo de financiamento “estava errado”.

Finalmente, o secretário de Estado disse ainda que o sistema tem fragilidades que limitam a qualidade dos dados disponíveis e que o processo de informação está a ser alvo de revisão para, com contabilidade analítica, ter a informação necessária para a tomada de decisão, evitando “navegar às cegas”.

FICHA TÉCNICA



**Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade**

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional
das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492
Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:

jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua
da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro
Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca,
Henrique Rodrigues, José
Figueiredo e Paulo Pedroso

Estatuto Editorial:

[http://www.solidariedade.pt/site/
mostrapdf/13446](http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446)

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp,
220 - Granja 4410-359 Arcozelo -
Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86,
ICS-111333

À ATENÇÃO DAS IPSS

DGS publica guias com recomendações para pessoas vulneráveis

A DGS publicou três guias com recomendações para minimizar os efeitos das ondas de calor nos grupos mais vulneráveis, entre os quais pessoas idosas e em situação de sem-abrigo, e com orientações alimentares para os períodos de temperaturas elevadas.

Os documentos publicados no site da Direção-Geral da Saúde destinam-se às unidades de respostas sociais e da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), às equipas de rua, profissionais de saúde e parceiros sociais que acompanham pessoas em situação de sem-abrigo e à área da alimentação, reunindo medidas de prevenção adaptadas a diferentes contextos.

No guia, dirigido às respostas sociais e à RNCCI, a DGS lembra que as pessoas idosas, pessoas com deficiência e doentes crónicos estão entre os grupos mais vulneráveis aos efeitos do calor extremo.

Entre as principais recomendações estão o reforço da hidratação, com a ingestão de pelo menos 1,5 litros de água por dia, mesmo sem sede, a permanência em locais frescos ou climatizados, a redução da exposição ao calor entre as 11h e as 17h e a vigilância de sinais como tonturas, fraqueza, dores de cabeça, desorientação ou câibras.

Outro dos guias é dedicado à proteção das pessoas em situação de sem-abrigo. A DGS alerta que este é um dos grupos mais vulneráveis às ondas de calor, uma vez que à exposição direta às temperaturas elevadas podem juntar-se doenças crónicas, fragilidade física, insegurança alimentar, exclusão social, baixa literacia em saúde, problemas de saúde mental e dificuldades no acesso aos cuidados de saúde.

Para reduzir os riscos, recomenda o reforço das rondas nos dias de maior calor, a distribuição de água, saias de reidratação oral, roupa leve e chapéus, a identificação de locais de sombra e de arrefecimento e o encaminhamento rápido para os serviços de saúde perante sinais de exaustão pelo calor ou suspeita de insolação.

O documento defende ainda uma resposta articulada entre equipas de rua, profissionais de saúde, autarquias, proteção civil, segurança social e organizações da comunidade.

O terceiro guia reúne recomendações alimentares para os períodos de temperaturas elevadas, como o consumo de água ao longo do dia, mesmo sem sede, alimentos ricos em água, como fruta e hortícolas, e refeições leves, incluindo sopas frias.

Em contrapartida, desaconselha o consumo de bebidas alcoólicas, açucaradas e energéticas, por poderem favorecer a desidratação.

O documento alerta igualmente para a necessidade de redobrar os cuidados com a conservação dos alimentos, lembrando que as



temperaturas elevadas favorecem o crescimento de microrganismos e aumentam o risco de intoxicações alimentares.

Entre as recomendações estão o transporte de alimentos refrigerados em sacos térmicos, a conservação dos produtos perecíveis abaixo dos 5 °C, o consumo das sobras no prazo máximo de dois a três dias e não deixar alimentos ou água no interior de veículos expostos ao sol.

Segundo, a diretora-geral da Saúde, Rita Sá

Machado, as duas últimas ondas de calor provocaram 123 óbitos em excesso, um valor abaixo das previsões do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Desde o dia 10 de junho até agora, houve duas ondas de calor e as previsões do INSA apontavam para aproximadamente 60 óbitos em excesso na primeira, o que se confirmou, com um pico a 16 de junho. Em relação à segunda onda, os primeiros dados indicam um excesso de 63 óbitos.

Lavandarias Profissionais IPSS

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MALA TEL: 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial

Miele